

Valter Campanato/ABR

ANTT quer multa de R\$ 5 mil para transporte de carga abaixo da tabela

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou ontem (10) que estuda aplicar multa de R\$ 5 mil por viagem àqueles que contratarem transporte rodoviário de carga com valor inferior ao disposto pela Agência. A ANTT disse estudar também a aplicação de R\$ 3 mil para quem anunciar o intermediário a contratação de frete com valor inferior aos piso mínimo. As propostas constam de audiência pública, aprovada pela agência regulatória na semana passada, cuja do-

cumentação foi apresentada ontem (10) pela ANTT. Segundo a agência reguladora, a audiência “tem o objetivo de discutir medidas adicionais para garantir o cumprimento dos pisos mínimos de frete”.

Assugestões à proposta apresentada poderão ser enviadas até as 18h do dia 10 de outubro, por meio de formulário disponível no site da ANTT, por via postal ou durante a sessão pública de audiência, que ocorre no dia 9 de outubro. Na última quarta-feira (5), a ANTT publicou alterações na tabela de frete mínimo, após o

reajuste, no dia 31 de agosto, de 13% no preço do diesel nas refinarias. A tabela considera o preço mínimo por quilômetro, eixo e carga transportada, além dos custos.

A lei que instituiu a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, prevê que uma nova tabela com frete mínimo deve ser publicada quando houver oscilação superior a 10% no preço do óleo diesel no mercado nacional. A política foi uma das reivindicações dos caminhoneiros que paralisaram as estradas de todo o



A multa para transporte abaixo da tabela seria aplicada por viagem ao contratante do serviço.

país em maio.

A lei especifica que os pisos mínimos de frete deverão

refletir os custos operacionais totais do transporte, definidos e divulgados nos termos da

ANTT, com priorização dos custos referentes ao óleo diesel e aos pedágios (ABR).

Sebrae defende manutenção do Simples Nacional

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, defendeu ontem (10) a manutenção do Simples Nacional, regime especial de recolhimento de impostos para micro e pequenas empresas. O tema foi debatido na FGV, na capital paulista. “O simples é um regime constitucional, ou seja, se ele não existisse, e a tese é que você tem que taxar igualmente a todos, [as empresas] não sobreviveriam. É o refúgio de sobrevivência das empresas em crescimento”, declarou. No ano passado, o governo perdeu R\$ 13,7 bilhões com o sistema.

Afif defendeu que o Simples serve de modelo para a futura reforma tributária, com a concentração da arrecadação em uma única alíquota, em somente uma guia, e com a distribuição automática para estados e municípios. Para ele, o principal obstáculo da reforma tributária serão as grandes corporações. “Cada uma tem a sua defesa e não quer abrir mão do seu poder de gerar burocracia”, disse.

O relator da proposta sobre



Presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

a reforma tributária, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), concorda com o fortalecimento do cooperativismo e das micro e pequenas empresas, setores que menos demitiram com a crise econômica. Maria Helena Zockun, pesquisadora da Fipe, disse que o problema da concentração de renda precisa ser combatido. Segundo ela, 53% da arrecadação brasileira vem de impostos indireto, sobre o consumo, perverso para as classes mais pobres. Em países desenvolvidos, o percentual é de 34% (ABR).

Vendas de cimento caíram 2,4% em agosto

São Paulo - As vendas de cimento no País atingiram 4,9 milhões de toneladas em agosto, volume 2,4% menor que no mesmo mês do ano passado, de acordo com levantamento divulgado pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC). No acumulado do ano, as vendas acumularam 34,9 milhões de toneladas, queda de 1,7% frente ao mesmo período do ano passado. Em 12 meses, as vendas totalizaram 52,7 milhões de toneladas, quantidade 2,6% menor do que nos 12 meses anteriores. O presidente do SNIC, Paulo Camillo Penna, afirmou que o desempenho fraco dos indicadores econômicos nacionais - como PIB, produção industrial e emprego na construção civil -, o efeito da greve dos caminhoneiros e o tabelamento do frete vêm contribuindo para a piora nos resultados do setor do cimento.

Diante desse cenário, o SNIC reiterou a projeção de que a indústria do cimento deverá fechar o ano com resultado negativo (AE).

Identificados pagamentos irregulares no Mais Médicos

Pagamentos irregulares no programa Mais Médicos para ajuda de custo e bolsa formação dos profissionais contratados podem ter produzido um prejuízo de mais de R\$ 2 milhões, segundo uma auditoria do Ministério da Transparência (CGU) divulgada ontem (10). O volume de recursos se refere a mais de 2% do total analisado, de R\$ 87 milhões, relacionados a esse tipo de repasse.

A avaliação sobre o programa teve como principal alvo a Secretaria de Gestão do Trabalho, bem como fiscalizações em 198 municípios, 233 Unidades Básicas de Saúde e 14.265 médicos. “Em 26% das equipes houve descumprimento, por parte de médicos, da carga horária mínima obrigatória de 40 horas semanais”, destacaram os auditores. Outro problema constatado foi a falta de



A distribuição dos médicos não atendeu as vagas nos municípios mais vulneráveis.

detalhamento na prestação de contas apresentadas pela Opas, que firmou acordo com o Governo Federal para executar o programa.

A Secretaria não tem controle sobre os produtos e serviços

realizados e não acompanhou a execução técnica e financeira definida nos planos de trabalho. “Tais fragilidades propiciaram a transferência antecipada de recursos federais, no montante de R\$ 316,6 milhões - que podem se concretizar em prejuízo ao erário”, concluiu a equipe de auditores. A CGU ainda afirmou que a distribuição dos médicos não atendeu às vagas que precisavam ser preenchidas nos municípios classificados como mais vulneráveis. Na lista de recomendações, está a adoção de medidas para que os recursos indevidamente utilizados sejam ressarcidos.

Em nota, o Ministério da Saúde reiterou que está atendendo as recomendações e afirmou que vem implementando mecanismos de monitoramento e controle para evitar a reincidência dos fatos (ABR).

Juiz determina oitiva de Palocci em caso de caças suecos

O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, determinou que o ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, seja ouvido como testemunha no processo da Operação Zelotes, em que o ex-presidente Lula é acusado de participar de um esquema para favorecer a empresa Saab na venda de 36 caças ao Brasil. A oitiva foi marcada para o dia 20 de novembro.

O magistrado atendeu a um pedido do MPF, feito depois que Palocci disse, em uma outra investigação, ter conhecimento sobre atuação direta do ex-presidente Lula na compra dos caças. Vallisney determinou ainda que o ex-ministro seja ouvido novamente no caso. Ele já prestou depoimento em setembro do ano passado, quando disse que era o responsável direto pela decisão da aquisição dos caças, e que Lula não tinha envolvimento direto na transação. O magistrado afirmou ser necessário confrontar as versões contraditórias.

Em sua decisão, o juiz disse que “as declarações sucintas



Ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

e diretas de Antonio Palocci precisam ser contrastadas em Juízo com as demais provas, em especial as provas contrárias produzidas, sob pena de que palavras soltas, sem os devidos esclarecimentos, possam gerar mais dúvidas com repercussão na verdade processual”. Um dos filhos de Lula, Luis Cláudio Lula da Silva, também é réu na mesma ação penal. Palocci está preso desde setembro de 2016 no Paraná por ordem do juiz federal Sérgio Moro, no âmbito da Operação Lava Jato (ABR).

País precisa de presidente ‘que não seja um problema’

São Paulo - O candidato à Presidência pelo PSDB, Geraldo Alckmin, declarou ontem (10), que a sua campanha não deve alterar os rumos por causa do atentado a Jair Bolsonaro (PSL). “São duas questões distintas: uma é a solidariedade a quem foi alvo de um atentado vil, covarde. Outra coisa são os destinos da nação, escolher quem vai ser presidente, unir o Brasil e fazer as mudanças que o País precisa”, disse. “O povo quer um governo que funcione, nós já temos problemas demais, não podemos ter presidente que seja mais um problema”.

Alckmin participou de um evento com representantes do Agora!, movimento que luta pela renovação no Legislativo e que tem entre seus fundadores o apresentador de TV, Luciano Huck. Durante a reunião, o ex-governador recebeu as propostas do grupo e reiterou promessa de zerar o déficit em dois anos, para poder voltar a investir em áreas sociais, como saúde e educação.

Questionado sobre se os resultados das pesquisas podem influenciar sua estratégia eleitoral nas próximas semanas, o tucano disse que não. “Ainda



Candidato à Presidência pelo PSDB, Geraldo Alckmin.

temos quatro semanas, precisa deixar decantar um pouco, não vamos mudar estratégia. Vamos ter uma onda aí mais ao final”.

No evento, os organizadores do Agora! aproveitaram também para divulgar o lançamento da plataforma #temmeuvoto, que promove uma espécie de “Tinder eleitoral”, apresentando aos eleitores os candidatos ao Legislativo que mostraram maior afinidade com suas respostas. Segundo Leandro Machado, um dos fundadores do grupo, a plataforma recebeu informações de cerca de 1,2 mil candidaturas e já pode ser acessada (AE).

Terceirização não libera “pejotização”

A terceirização de todas as atividades de uma empresa, a qual foi considerada constitucional pelo STF na última quinta-feira (30), não permite a contratação de empregados diretamente subordinados como Pessoa Jurídica (PJ) ou que empresas sejam abertas apenas para intermediar mão de obra. O alerta é do procurador Murilo Muniz, do MPF, que acompanhou as sessões do supremo. “[A terceirização] não autoriza fraude”, disse.

Muniz explicou que a intermediação de mão de obra é vedada por ser considerada “comércio de pessoas” e fere, portanto, os princípios internacionais do direito do trabalho. “É justamente essa hipótese de colocar um mero intermediário com a finalidade de precarizar direitos, isso continua proibido”, destacou. Para ele, a “pejotização”, como é conhecida a prática de contratação de um funcionário via PJ, facilitada por meio do registro de MEI, também deve ser combatida.

“Qualquer que seja a roupagem formal da relação, se tiverem presentes os requisitos dos artigos 2 e 3 da CLT ou tiver expediente para fraudar ou precarizar direitos, a liberação da terceirização pelo Supremo



Manifestantes protestam contra a Lei da Terceirização.

não afasta a possibilidade de se combater a fraude e, se tiver subordinação e pessoalidade, se declarar o vínculo empregatício”. O sociólogo do trabalho Ruy Braga, professor da USP, é mais pessimista quanto aos limites da terceirização irrestrita.

“Potencialmente ela, agora, atinge a todos e consequentemente, o que nós prevemos é uma alteração da estrutura do mercado de trabalho no país com substituição progressiva de trabalho diretamente contratado por trabalho terceirizado”, destacou (ABR).

BOLSAS

O Ibovespa: +0,03% Pontos: 76.436,35 Máxima de +1,15% : 77.293 pontos Mínima de -0,39% : 76.115 pontos Volume: 8,63 bilhões Variação em 2018: 0,04% Variação no mês: -0,31% Dow Jones: -0,23% Pontos: 25.857,07 Nasdaq: +0,31% Pontos: 7.926,77 Ibovespa

Futuro: -0,41% Pontos: 77.085 Máxima (pontos): 78.080 Mínima (pontos): 76.425 Global 40 Cotação: 740,616 centavos de dólar Variação: -0,62%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 4,0822 Venda: R\$ 4,0832 Variação: -0,04% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 4,19 Venda: R\$ 4,29 Variação: -0,08% - Dólar Ptax Compra: R\$ 4,1001 Venda: R\$ 4,1007 Variação: -1,09% - Dólar Turismo Compra: R\$ 4,0600 Venda: R\$ 4,2500 Variação: -0,3% - Dólar Futuro (outubro)

Cotação: R\$ 4,0900 Variação: +0,52% - Euro (17h28) Compra: US\$ 1,1598 Venda: US\$ 1,1599 Variação: +0,41% - Euro comercial Compra: R\$ 4,7330 Venda: R\$ 4,7350 Variação: -0,27% - Euro turismo Compra: R\$ 4,7030 Venda: R\$ 4,9400 Variação: -0,46%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,44% ao ano. - Capital de giro, 9,83% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.199,80 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -0,05% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 156,430 Variação: +1,58%.

“O Brasil é mais ignorante do que pobre e, em última análise, é pobre porque é ignorante”.

Hélio Jaguaribe (1923/2018)
Escritor brasileiro